

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 02/2015
(Mandato 2013/17)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2015

CONTÉM 13 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2015 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2015 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 11,00 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	3
= ORDEM DO DIA =	7
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =	7
= DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 =	9
= 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E PPI DA CÂMARA MUNICIPAL =	10
= DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS= ...	11
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	12
= DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTº15, DA LEI º 8/2012 =	12
= ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS BOLSAS DE ESTUDO =	13
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=	13
= ENCERRAMENTO =	13



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia trinta do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Palmira Ribeiro da Costa, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia vinte do mês de abril do ano de dois mil e quinze. -----

----- Registou-se a falta dos membros José Augusto Brito Pacheco (PS), Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS) e da vereadora Helena Barbosa Ramos Fernandes, que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); David José Pires Saraiva (PPD/PSD); Amândio Libério Meireles Pinto (Independente) António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD). -----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos Vereadores Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Janine da Mata Azevedo Soares (PPD/PSD) e Maria José Brito Lopes Moreira (PS).

----- Substituições: -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- A Presidente da Mesa Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- De seguida participou a substituição dos membros que comunicaram que não estariam presentes: -----

----- Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD) foi convocado José Pereira da Cunha, que não compareceu, tendo justificado a falta. -----

----- José Augusto Brito Pacheco (PS) foi substituído por Iolanda Maria Cerqueira Pereira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Manuel Fernando Pereira Mendes (PS) presidente da União de Freguesias de Formariz e Ferreira foi substituído por António Soares Pereira, Secretário da Junta. -----

Carlos Manuel Gomes Pereira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Vascões foi substituído por Maximiano Teixeira da Costa. -----

----- A Vereadora Helena Ramos foi substituída por Janine Soares. -----

----- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser. ----

----- **João Paulo Alves** pediu a palavra para referir que na leitura do expediente consta o registo da Prestação de Contas do ano de 2014, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, e indaga se algum elemento da Câmara o examinou. -----

----- A presidente da mesa alertou que esse documento tinha entrado nos serviços no dia anterior. ---

----- **Presidente da Câmara** depois de cumprimentar todos os presentes referiu que, apesar de não ter ainda analisado o documento, por falta de tempo, procura manter-se informado e tem conhecimento de que a instituição se debate com alguns problemas. -----

----- Lembrou que era uma coletividade que fazia parte das suas preocupações, bem como muitas outras que também merecem carinho e respeito. -----

----- Esta corporação angaria fundos, mas o quadro de ajuda às instituições é pequeno e esta Associação Humanitária requer muito apoio, sendo que os anteriores executivos sempre apoiaram esta instituição e o atual executivo continuará sempre a apoiá-la na medida das suas possibilidades. Acrescentou que esta instituição será sempre uma preocupação sua. -----

----- **João Paulo Alves:** interpôs dizendo haver um défice de dois a três mil euros mensais e esse documento foi enviado no sentido dos políticos tomarem conhecimento da situação. Embora a direção tenha cortado nas despesas é evidente uma necessidade de apoio maior. Que a autarquia apenas orçamentou dez mil euros para os bombeiros e em contrapartida a outras associações tem dado um apoio muito maior. Disse aguardar que no próximo orçamento camarário essa verba seja aumentada. -

----- **Presidente da Câmara** considerou a intervenção anterior de pressão política, embora a compreenda, porque também a faz junto de outras entidades externas. A associação dos bombeiros não é a única a sofrer com baixos rendimentos, existem muitas outras. Também não é verdade que a câmara só tenha apoiado a associação com dez mil euros. O orçamento é uma previsão e Câmara tem atribuído outros apoios à associação dos Bombeiros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **João Paulo Alves:** referiu que em comparação com outras associações, como o Castanheira e o Courense, as verbas atribuídas são bem maiores, insistindo que o presidente da Câmara referisse quais os valores monetários atribuídos a esses clubes. -----

----- **Presidente da Câmara:** sugeriu que o Grupo Municipal do PCP, uma vez que não concorda com o plano, poderia ter apresentado uma proposta de corte no apoio ao Castanheira e ao Courense, em prol dos Bombeiros, mas não o fez. -----

----- **João Paulo Alves** informou ter de se ausentar devido a questão familiar e conduziu à presidente da direção da Associação, Iolanda Pereira, a continuidade da discussão deste assunto. -----

----- **José Augusto Sousa:** agradeceu a quem se dedica à gestão de forma altruísta das associações do concelho e em particular da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura (AHBVPC). -----

----- Sublinhou que o problema do défice na gestão corrente na AHBVPC é antigo e que vem sendo discutido há anos. -----

----- Que quando teve responsabilidades na AHBVPC propôs na Câmara Municipal um sistema de comparticipação na gestão corrente de forma a assegurar qualidade e eficácia no serviço prestado aos Courenses, sem por em causa a situação financeira da Associação, dado que os serviços prestados pela Associação também são competências de Autarquia, e que essa proposta foi rejeitada pela maioria do PS, liderada por Pereira Júnior, curiosamente pai da atual Presidente da AHBVPC, que tão de perto tem vivido agora esses problemas. -----

----- Entende que é necessário um reforço das verbas, acrescido do subsídio anual, sendo ainda necessário, nestas circunstâncias, analisar o sistema de gestão. -----

----- Por fim, referiu que o apoio do Município está além do subsídio mensal, das regras das comparticipações das viaturas e da disponibilização dos funcionários do Município, que são simultaneamente Bombeiros. -----

----- **Presidente da Câmara:** considerou tentativa de instrumentalização e de política demagógica a atitude de usar a Associação dos Bombeiros e que seria conveniente que se ponderasse se, realmente, a Câmara apenas havia atribuído um subsídio no valor de dez mil euros aos Bombeiros. Recordou os apoios na aquisição de uma ambulância e do investimento na ULF (Unidade Local de Formação), para além de outros tantos que não foram contabilizados. -----

----- **Iolanda Pereira** disse estar presente como representante de um partido e não na qualidade de presidente da direção da AHBVPC. No entanto, disse ter a certeza de que a Câmara Municipal iria apoiar a Associação dos Bombeiros no que fosse necessário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação, foi aprovada, por maioria com 26 votos, sendo 16 de PS; 9 do PSD e 1 do PCP e 3 abstenções, sendo 2 do PS e 1 independente, por não terem estado presentes. -----

----- **José Augusto Sousa** declarou que a ata havia melhorado, pelo que valeu a pena fazer considerações. -----

----- A Presidente da Mesa disse que tem sido usado o mesmo critério de sempre.-----

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. -----

----- **António Esteves**, presidente da União de Freguesias de Bico e Cristelo, na qualidade de representante das juntas do Município, prestou informações, no âmbito da sua participação no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Tóia, nos dias 27 e 28 de março. -----

----- Disse ter saído do Congresso convencido de que Portugal se afirma no poder local, como uma conquista do 25 de Abril. Defendeu a luta das autarquias para o desenvolvimento do país, designadamente das assembleias e das juntas de freguesia que lidam mais próximo da população. Que é, a estas essencialmente, a quem confiaram o seu voto, a quem a população se dirige para expor as suas necessidades. -----

----- - Aproveitou a oportunidade para lembrar um pedido efetuado no início do mandato referente ao alargamento da rede de iluminação pública, onde solicitava o aumento do número de candeeiros, bem como, o alargamento do período de iluminação pública. -----

----- - Falou também sobre a ligação da rede domiciliária de saneamento em todas as freguesias e referiu que é demasiado baixa a ligação para a rede em alta. Que seria conveniente incentivar a população a executar os ramais de ligação domiciliária à rede de saneamento. Mesmo que se esteja em período de contenção económica, era necessário resolver essa situação. -----

----- Por fim e relativamente ao discurso do presidente da Câmara na Comemoração dos 500 anos do Foral, disse ter gostado da mensagem quanto à inquietação do povo de Moura, de que “sempre houve e haverá futuro nos nossos campos” e de que “Moura somos todos nós”, apelando para que as juntas não sejam esquecidas. -----

----- **José Augusto Sousa**: disse concordar com a mensagem de António Esteves, na medida em que o poder de base está nas freguesias e que estas deverão ter apoio igualitário por parte da Câmara.

----- Propôs que as sessões da Assembleia Municipal, atendendo aos novos meios de difusão, comunicação e interação que a internet tem proporcionado, em particular através das redes sociais, fossem transmitidas na internet, pelo *youtube*, ou *facebook*, de forma a aumentar a sua divulgação, promover a interação e para que mais mouras, mesmo no conforto dos seus lares, possam

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhar em “direto” as sessões da Assembleia Municipal. Propôs que esta possibilidade fosse enquadrada no regimento. -----

----- A presidente da Mesa, Luísa Castro, agradeceu a proposta e salientou a necessidade de ponderação, para não se cair no marketing da política que nada pode trazer de benéfico ao concelho. No entanto, a proposta será transmitida ao presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Pelo **Grupo Municipal do Partido Socialista** foi apresentado um voto de louvor à Equipa de Futsal da Associação Cultural e Desportiva de Castanheira, pela conquista da Taça da Associação de Futebol de Viana do Castelo de Seniores Femininos 2014/2015, que se anexa a esta ata como seu documento e dela faz parte integrante. -----

----- **Submetido à votação, o voto de louvor foi aprovado, por unanimidade.** -----

----- **Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais.** -----

----- **Rosalina Martins:** falou sobre o 25 de Abril e sobre as Comemorações dos 500 anos do Foral. Elogiou o contraste entre as comemorações nacionais do 25 de Abril e as do Foral e parabenizou o presidente da Câmara pelo seu discurso das comemorações, pela perspetiva de futuro, contrapondo a tendência de se falar sempre do passado e dos discursos enfadonhos. -----

----- Que a programação foi muito abrangente e para todos os gostos. Citando Chico Buarque disse que a festa foi muito bonita. -----

= ORDEM DO DIA =

= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Presidente da Câmara:** explicou a situação financeira constante da informação, fazendo, para além das dívidas a fornecedores e das disponibilidades, referência à rubrica dos empréstimos de médio e longo prazo, nomeadamente ao capital em dívida, excecionado e não excecionado. Que o valor não excecionado é o que conta realmente para o endividamento. No fundo que há uma margem em que a lei permite algum endividamento bom, considerando que permite custear a participação nos fundos comunitários. Por fim, adiantou que caso houvesse mais dúvidas, poderiam ser formuladas ao Revisor Oficial de Contas, que se encontrava presente para as esclarecer. -----

----- **José Augusto Sousa** referiu, no seguimento de intervenção do Presidente da Câmara, que o endividamento só é bom se os investimentos com esse dinheiro também forem bons. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Aproveitou a oportunidade para falar sobre o reordenamento do trânsito na Vila, uma vez que nunca teve conhecimento de nenhum projeto ter sido aprovado em reunião do executivo camarário. Além disso, não ouviu falar de nenhuma reunião havida com Comissão de Transito. -----

----- Referiu-se ainda ao virtuosismo da Câmara na concretização das propostas do programa do PSD, dando como exemplo a abertura ao trânsito da Rua Conselheiro Miguel Dantas. -----

----- Indagou sobre a veracidade do boato de que a abertura da Rua Conselheiro Miguel Dantas resulta de uma ação em Tribunal movida pelas Estradas de Portugal pedindo esclarecimentos sobre se foi uma decisão da iniciativa da Câmara Municipal ou se decorreu de alguma ação das Estradas de Portugal. -----

----- **Presidente da Câmara** referiu que se em assembleia se discutissem todos os boatos lançados, não se faria outra coisa, além de que a Câmara não foi citada sobre esse assunto. -----

----- Lembrou a José Augusto Sousa que a abertura da Rua Conselheiro Miguel Dantas também constava do programa eleitoral do Partido Socialista e que a oposição é tão previsível que já traz as respostas de forma estruturada. -----

----- Em conclusão, referiu que a mobilidade urbana é complexa e que as pessoas devem compreender que Paredes de Coura não é diferente dos outros concelhos. Portanto, o plano de mobilidade adotado não é inédito, uma vez que foi estudado e realizado noutras localidades. Que devem evitar análises simplistas. Por essa razão, a melhor solução foi a conjugação de dois aspetos, considerando a necessidade de ordenamento do trânsito da vila. Assim, a opção foi uma solução flexível, de “rua aberta e de rua fechada”, pensando na segurança das pessoas e no negócio dos comerciantes. -----

----- Frisou que o sucesso da medida depende do comportamento das pessoas, salientando que sem civismo e sem a colaboração das pessoas a medida não funcionará. Em alternativa deverá funcionar a fiscalização. -----

----- Entende que no verão faz todo o sentido encerrar a rua, mas no inverno também fará todo o sentido abri-la. Será feita a reconversão e rentabilização do mobiliário urbano para delimitação de espaços para as cargas e descargas. Serão salvaguardados os espaços verdes, com sistemas de fertilização e rega para obter uma praça frondosa e verde, maiores zonas de sombra e espaços de convívio. -----

----- Com estas medidas, as pessoas terão de respeitar as horas de cargas e descargas e segurança rodoviária, considerando o alargamento das áreas de esplanadas. -----

----- Fundamentou que todas estas medidas não serão dispendiosas, considerando a reconversão e reutilização do mobiliário. -----

----- Concluiu querendo um centro da vila com mais gente, mais vida e mais comércio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 =

Ponto n.º 2 – Apreciação, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, do ano de 2014.-----

----- **Presidente da Câmara:** considerou a Prestação de Contas um documento eminentemente técnico. Assim, numa receita de treze milhões quatrocentos e trinta e dois mil duzentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos há uma execução de onze milhões seiscentos e noventa mil oitocentos e setenta e três euros e três cêntimos, ou seja, oitenta e sete por cento da receita prevista. - Que a crise e a Lei dos Compromissos obrigaram-nos a ser mais realistas e rigorosos. Não atingiram um valor mais alto devido ao atraso das receitas provenientes dos fundos comunitários. Quanto à despesa, a taxa de execução foi na ordem dos oitenta e três por cento, não sendo plena, pelas mesmas razões. -----

----- Resumindo, considerou a Prestação de Contas boa, rigorosa e com elevada taxa de execução e que neste tempo de crise, de grande exigência e de grande rigor financeiro, importa dizer que conseguiram reduzir um milhão e quatrocentos mil euros à despesa e ao mesmo tempo continuaram a fazer investimento e o concelho continua vivo e com dinâmica económica. Por outro lado o prazo médio de pagamento é inferior a quinze dias o que denota boa gestão, portanto, motivo de orgulho. Demonstra, ainda, que nestes tempos difíceis estão a responder aos desafios do concelho que procura ser dinâmico e moderno e sem perder a capacidade de investir. -----

----- - **José Augusto Sousa** perguntou onde se verifica a redução da despesa de um milhão de euros referidas pelo Presidente da Câmara. Salientou que as despesas de capital, relativas as obras, estão ao nível mais baixo dos últimos dez anos, que se nota a taxa de execução mais baixa, e que as receitas aumentaram significativamente nos últimos anos. -----

----- Disse que as transferências do Estado têm aumentado significativamente, portanto que o atual Governo tem discriminado positivamente Paredes de Coura e que desejaria que a Câmara tivesse com a Juntas de Freguesia o mesmo tipo de discriminação positiva ou que, pelo menos, tivesse sempre presente um tratamento igualitário, sem beneficiar as juntas do Partido Socialista, ao contrário do que parece, pois, pelo concelho, parece que só se veem obras, e poucas, nas freguesias em que venceu para a assembleia de freguesia o Partido Socialista.-----

----- Concluiu, referindo que o Governo do PSD/CDS não tem penalizado os concelhos do interior, pelo contrário, em face do aumento das transferências correntes, criou mecanismos, em particular o PAEL, que o Município de Paredes de Coura aproveitou bem de forma a diminuir os constrangimentos financeiros provocados. -----

----- Disse ainda que o PSD sempre aprovou os pedidos de empréstimos para que não houvesse desculpas da parte da Câmara Municipal para não executar as obras das freguesias previstas no Orçamento, como acontecerá no próximo ponto da agenda que é a contração de um empréstimo para obras. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Presidente da Câmara** referiu que, reconheceu que pretendia referir-se à redução de dívida e referiu que, embora não tenha a inteligência económica e financeira do José Augusto Sousa, o facto é que estão a aproveitar os quadros comunitários para fazer arranjos urbanos e outras obras necessárias ao concelho (reparação da piscina e do pavilhão) já que no futuro haverá menos dinheiro para fazer obras materiais, fundamentando que um concelho também é dignificado pelo conforto, pelas estruturas e pelas instituições que tem.-----

----- **José Augusto Sousa** referiu que é evidente que com ou sem a intervenção do Governo, mas mais com, as pessoas estão a pagar menos, graças à taxas de juro mais baixas e em termos de IRS as pessoas estão a receber algo mais e que tudo isto decorre da ação muito tenaz do Governo. -----

----- Disse ainda, relativamente aos contratos de financiamento, que a Câmara deveria procurar renegociar os empréstimos em curso, com condições financeiras mais vantajosas. -----

----- **Presidente da Câmara** disse que se José Augusto Sousa estiver na disposição para a renegociação dessas mesmas taxas, aceitaria a oferta desses serviços, de bom grado, tendo em conta o benefício para a Câmara e para o concelho.-----

----- Concluiu o ponto agradecendo a presença do Revisor Oficial de Contas, fazendo um reconhecimento público, salientando a sua exigência, os ensinamentos e o aconselhamento de rigor. --

----- **Submetida à votação, a proposta de Documento de Prestação de Contas da Câmara Municipal, do ano de 2014, foi aprovada, por unanimidade.**-----

----- **No final da votação este ponto foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos.**-----

= 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E PPI DA CÂMARA MUNICIPAL =
PONTO Nº 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, da Câmara Municipal, do ano de 2015, destinada a integrar o saldo da gerência anterior no valor de € 716 854,76 (setecentos e dezasseis mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos) e alteração do enquadramento do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no Orçamento Municipal de 2015, de acordo com indicações da DGA e contração de novo empréstimo a curto prazo no valor de 350 mil euros. -----

----- O Presidente explicou tratar-se da integração do saldo da gerência anterior e para a contração do empréstimo a curto prazo, necessário às obras comparticipadas por fundos comunitários que só serão ressarcidas posteriormente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Submetida à votação a proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos, da Câmara Municipal, do ano de 2015, destinada a integrar o saldo da gerência anterior no valor de € 716 854,76 (setecentos e dezasseis mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos) e alteração do enquadramento do Fundo de Apoio Municipal (FAM) no Orçamento Municipal de 2015, de acordo com indicações da DGA e contração de novo empréstimo a curto prazo no valor de 350 mil euros, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **José Augusto Sousa**, na qualidade de representante do Grupo Municipal do PSD, declarou que o PSD aprovará sempre as medidas necessárias para o cumprimento do Orçamento, principalmente o investimento nas freguesias. -----

----- No final da votação este ponto foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

= DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS=

Ponto nº 4 **Apreciação, discussão e votação da proposta de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do n.º3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, de acordo com proposta da Câmara que a seguir se transcreve.** -----

----- *“Considerando:* -----

----- *- o regime previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;*-----

----- *- a autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que foi dada pela Assembleia Municipal em 19/12/2014;*-----

----- *- as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à citada Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designadamente o número 3 do art.º 6.º, onde agora se lê: “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º1 pode ser delegada no presidente de câmara.”* -----

----- *Deste modo, propõe-se:*-----

----- *- que a Assembleia Municipal delibere no sentido de delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99 759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;-----

----- - que seja reconhecida a caducidade da deliberação de 19/12/2014, face à nova redação da lei;-

----- - que a presente deliberação produza efeitos a partir de 18 de março do presente ano – data da entrada em vigor da Lei n.º 21/2015, de 17 de março - aplicando-se aos compromissos plurianuais assumidos a partir dessa data, até 31 de Dezembro de 2015.-----

----- “A Câmara Municipal, mediante informação transcrita, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprová-la, bem como submetê-la à Assembleia Municipal para que esta delibere:-----

- delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99 759, 58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; -----

- reconhecer a caducidade da deliberação de 19-12-2014, face à nova redação da lei. -----

- que a presente deliberação produza efeitos a partir de 18 de março do presente ano – data da entrada em vigor da Lei n.º 21/2015, de 17 de março - aplicando-se aos compromissos plurianuais assumidos a partir dessa data, até 31 de Dezembro de 2015.-----

----- **Presidente da Câmara:** referiu não se tratar de usurpação de mais uma competência, mas de uma questão de pragmatismo e de agilizar procedimentos. -----

----- Submetida à votação a delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do n.º3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- No final da votação este ponto foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos.-----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

Ponto nº 5 - Tomar conhecimento da listagem de assunção de compromissos plurianuais até 09/03/2015, sob a autorização prévia da Assembleia Municipal de 19/12/2014. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

= DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTº15, DA LEI º 8/2012 =

Ponto nº 6 - Tomar conhecimento das declarações previstas no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS BOLSAS DE ESTUDO =

Ponto nº 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo.-----

----- **Presidente da Câmara:** Disse tratar-se de uma alteração para permitir a atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentem mestrado, ajustar alguns procedimentos de forma a criar alguma justiça, valorizar e compensar o voluntariado como forma de estimular a consciência cívica nas pessoas e a importância de estarem ao serviço das instituições. -----

----- Passou a palavra à Vereadora Maria José Moreira. -----

----- **Vereadora Maria José Moreira:** esclareceu que as alterações constam do preâmbulo, mas no fundo disse tratar-se de um reajuste ao regulamento existente, quanto às fragilidades detetadas, aquando da análise dos processos para a atribuição das bolsas. São apenas formas de deslocar os apoios para os mais carenciados, para que seja um processo mais rigoroso e dar resposta a mais alunos. Inclui o mestrado e incentiva o voluntariado. -----

----- **José Augusto Sousa** tomou a palavra para perguntar se o regulamento das bolsas não necessitava de ir a discussão pública, e questionou se para além de ser dirigido também a mestrados não deveria ser alargado a doutorandos. -----

----- **Vereadora Maria José Moreira:** informou que não existe uma obrigação genérica de sujeição dos projetos de alteração de regulamento municipal a apreciação pública, uma vez que não se trata de um novo regulamento mas de uma mera alteração e até por imperativos de celeridade considerou-se não se justificar apreciação pública. -----

----- **Submetida à votação, a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo, foi aprovada, por unanimidade.** -----

----- **No final da votação este ponto foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

----- **José Augusto Sousa** disse votar favoravelmente, assumindo a informação da Câmara Municipal de que o regulamento não precisa de apreciação pública. -----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO=

Ponto n.º 8 – Intervenção do público.-----

----- **Não houve intervenções.**-----

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pela secretária. -----

MANDATO DE 2013 A 2017